

	2010	
	Alubar Metais	Alubar Cabos
Passivo		
Fornecedores	2.176	9.679
Empréstimos e financiamentos	3.119	36.810
Obrigações sociais	994	837
Impostos e Contribuições	1.088	9.878
Adiantamento de clientes	12	27.684
Dividendos a pagar	2.049	10.404
Outras provisões	16	-
Total do passivo circulante	9.455	95.292
Empréstimos e financiamentos	41.720	2.856
Partes relacionadas	32.738	4.125
Parcelamento de impostos	3.638	4.386
Provisões	233	437
Total do passivo não circulante	78.328	11.804
Patimônio líquido		
Capital social	50.228	17.617
Reservas	36.873	72.665
Dividendos Adicionais	2.761	7.009
Total do patrimônio líquido	89.862	97.291
Total do passivo e patrimônio líquido	177.645	204.387

2 Base de preparação - a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2012. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e seus impactos registrados somente ao final da operação; • Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o número inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado, provisão para perdas na realização do contas a receber, garantias em bolsa e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, em que os critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota 16 – Instrumentos financeiros - Nota 6 – Contas a receber de clientes (redução ao valor recuperável) - Nota 14 – Contingências. A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira - i. Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão de passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na medida em que o hedge seja efetivo, o qual é reconhecido no resultado abrangente. **ii. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira** - A Companhia utiliza instrumentos de proteção (hedge) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda funcional da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real), independentemente se o investimento líquido for mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária. **iii. Instrumentos financeiros - i. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais

do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, se tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Alubar. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na realização das obrigações de curto prazo. **ii. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Alubar baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Alubar tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **iii. Capital social - Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **b. Imobilizado - i. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **ii. Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **iii. Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10-20 anos
Máquinas e equipamentos	10-50 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores, sistemas e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente no resultado do exercício. **iv. Obras em andamento** - Obras em andamento representam os desembolsos realizados para investimentos na planta da Companhia. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos que irão influir positivamente no seu desempenho operacional. **c. Estoques** - Os

estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. No caso dos estoques de produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **d. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **e. Receita operacional - i. Venda de bens** - A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia, dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. **f. Receitas financeiras e despesas financeiras** - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias e cambiais passivas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **g. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **h. Subvenções governamentais** - A Companhia recebe incentivos da União na forma de redução do imposto de renda à base de 75%. O cálculo, na modalidade lucro da exploração, segue regras definidas por força de lei. A prorrogação do benefício foi solicitada à Receita Federal e sua vigência atual expira em 31 de dezembro de 2013. A Companhia também goza de benefícios do governo do Estado do Pará em relação ao recolhimento de tributos de sua responsabilidade. A forma prevista é de um percentual calculado a título de crédito presumido a abater o saldo devido pelo faturamento. A validade do benefício é de 15 anos, contados a partir de setembro de 2010. **i. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como plano de saúde médico e odontológico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado.

4 Caixa e equivalente de caixa.

	2011	2010
Caixa	6	4
Bancos conta movimento	8.719	2.030
	8.725	2.034

5 Contas a receber de clientes - a. Composição dos saldos

	2011	2010
Clientes	43.019	40.564
(-) Provisão para red. ao valor recuperável	(718)	(1.365)
	42.301	39.199

b. Critérios de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável - A administração da Companhia utiliza como premissa para constituição da provisão para redução ao valor recuperável o fato do vencimento da dívida superar 180 (cento e oitenta) dias de atraso, e baseado no julgamento da Administração sobre a possibilidade de recuperação dos valores. **c. Saldos de clientes por vencimento**

	2011	2010
A vencer	26.622	26.023
Vencido de 1 a 30 dias	3.249	3.889
Vencido de 31 a 90 dias	12.100	8.596
Vencido de 91 a 180 dias	330	691
Vencido de 181 a 360 dias	718	1.365
	43.019	40.564